



CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE: particularidades do Estado do Pará

Cayo Lucas Cabral Uchoa¹

Danielli da Silva Cecim²

Jandira Miranda da Silva³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o trabalho profissional de assistentes sociais no Estado do Pará, na contemporaneidade, em um contexto adensado pela regressão de diversos direitos sociais, decorrentes de medidas implementadas pelo governo Temer, agravado com os rebatimentos da crise econômica e sanitária de covid-19. Este trabalho é fruto da pesquisa intitulada: “A realidade dos (as) assistentes sociais no estado do Pará: estudo da formação e atuação profissional no contexto de avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais pós-golpe institucional de 2016”, realizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS). Os resultados da pesquisa evidenciam que as políticas neoliberais implementadas pós-golpe institucional de 2016 contribuíram para a precarização e intensificação do trabalho de assistentes sociais no Estado do Pará, com fortes rebatimentos na saúde desses/as trabalhadores/as, causados pela excessiva precarização de suas condições de trabalho.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Serviço Social. Trabalho Profissional. Condições de Trabalho

ABSTRACT

This article aims to reflect on the professional work of social workers in the State of Pará in contemporary times, in a context that has been intensified by the regression of various social rights resulting from measures implemented by the Temer government, aggravated by the repercussions of the economic and health crisis of covid -19. This work is the result of research entitled “THE REALITY OF SOCIAL WORKERS IN THE STATE OF PARÁ: study of training and professional performance in the context of neoliberal advancement and dismantling of social policies after the institutional coup of 2016”, carried out by the Grupo de Estudos, Research and Extension in Social Work and Social Policy in the Amazon (GEPSS). The research results show that the neoliberal policies implemented after the 2016 institutional coup contributed to the precariousness and intensification of the work of social workers in the State of Pará, with strong repercussions on the health of these workers due to the excessive precariousness of their working conditions.

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cayouchoa@gmail.com.

² Assistente Social, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: danielliceim@gmail.com.

³ Assistente Social, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jandiradasilva2006@yahoo.com.br.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Keywords: Neoliberalism. Social Service. Professional Work. Work Conditions.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se um contexto de crise do capital, o qual busca sua sobrevivência, a partir de medidas que objetivam recompor taxas de lucratividade, no processo de acumulação do capital. Nesse processo, há adoção de medidas neoliberais de retração estatal para assegurar direitos e políticas públicas, acarretando o desmonte do sistema de proteção social brasileiro, o que gera impactos no atendimento das necessidades sociais e, conseqüentemente, na condição de vida e trabalho. Essa situação atinge os/as assistentes sociais, profissionais que trabalham na perspectiva de viabilização e defesa dos direitos sociais da população, diante de um cenário de negação.

Partindo dessa ótica, no presente artigo, são apresentadas análises sobre as condições de trabalho de assistentes sociais no Estado do Pará, os quais são atingidos pelo crescimento das demandas profissionais, bem como: a intensificação do trabalho, o desfinanciamento das políticas sociais, formas de contratação precarizadas, dentre outros aspectos identificados no âmbito deste estudo.

O artigo está estruturado em tópicos nos quais são apresentadas breves reflexões sobre o neoliberalismo, com ênfase nas políticas adotadas no governo golpista de Michel Temer. Posteriormente, são realizados apontamentos sobre o trabalho profissional de assistentes sociais do Estado do Pará, a partir da apresentação dos achados da pesquisa “A realidade dos (as) assistentes sociais no estado do Pará: estudo da formação e atuação profissional no contexto de avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais pós-golpe institucional de 2016”, executada pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS).

A metodologia da pesquisa fez uso de grupos focais virtuais, realizados por meio da plataforma Google Meet. Cada grupo focal foi formado com profissionais de uma região do Estado do Pará, a saber: Metropolitana, Baixo Amazonas, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense. O estudo contou com a participação de 28 (vinte e oito) assistentes sociais, escolhidos por meio da técnica de amostragem denominada bola de neve

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



(snowball), técnica “que se utiliza de redes de referência, por isso, torna-se apropriada para pesquisas com grupos de difícil acesso ou até mesmo quando se trata de temas mais privados” (BOCKORNI; GOMES, 2021, p.105).

A expectativa do presente artigo é dar visibilidade à realidade do trabalho profissional de assistentes sociais na Região Norte do Brasil, marcada pela exploração e expropriação da riqueza, aprofundamento das expressões sociais e regressão de direitos.

2 NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O neoliberalismo é uma teoria político-econômica surgida após a Segunda Guerra Mundial, como resposta à crise do Estado de bem-estar social (ANDERSON, 2012). Segundo Harvey (2014), essa teoria propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido pelo mercado, cabendo ao Estado possibilitar uma estrutura institucional que garanta o livre comércio, o livre mercado e o fortalecimento do direito à propriedade privada.

Para o ideário neoliberal, a liberdade econômica e política devem ser valores centrais da sociedade, motivo pelo qual a intervenção estatal deve ser mínima, objetivando preservar a liberdade dos indivíduos, com diminuição de sua intervenção, sobretudo, no campo dos direitos sociais, por meio de processos de privatização e “mercadificação” de ativos públicos.

No caso Brasileiro, o neoliberalismo se intensificou no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, com a adoção de uma agenda importada por organismos internacionais, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (KELLER, 2019).

De acordo com Keller (2019), os planos econômicos adotados por Collor atingiram os/as trabalhadores/as brutalmente, com sucateamento do capital industrial nacional, o que levou à insatisfação dos/as cidadãos/ãs brasileiros/as e culminou na renúncia de Collor e posse de seu vice, Itamar Franco, o qual, além de não abandonar a pauta anterior, não implementou significativas mudanças no seu governo.

PROMOÇÃO



APOIO





A partir de 1995, o neoliberalismo consolidou-se no Brasil com a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que, segundo Sallum Jr. (1999), reduziu a participação estatal nas atividades econômicas e promoveu um equilíbrio desigual a empresas de capital nacional e estrangeiro, por meio de projetos de reforma constitucional e infraconstitucional, o que gerou um crescimento da dívida externa e uma dilapidação do patrimônio estatal, contribuindo para: a fragilização da economia nacional, o aumento do número de desempregados e, conseqüentemente, a ampliação da desigualdade social (SALLUM JR., 1999).

Na atualidade, observa-se um aprofundamento dos danosos efeitos econômicos e sociais gerados pelo neoliberalismo, motivo pelo qual alguns intelectuais como Forrester (1997), Anderson (2012), Harvey (2014) e Laval et al (2021) afirmam que vivencia-se uma nova fase, um “novo neoliberalismo”, ou um ultraneoliberalismo, este compreendido como um conjunto de preceitos ideológicos que ultrapassam as exigências de privatização e redução de investimento em políticas públicas (Estado mínimo), adquirindo um caráter discriminatório, antidemocrático e de aprofundamento da expropriação de direitos⁴.

Segundo Cislighi (2020), a partir de 2010, o neoliberalismo adotou uma nova configuração hegemônica, com uma face reacionária, racista e misógina. Para a autora, essa mudança se iniciou no Brasil com o golpe parlamentar de 2016, retomando a centralidade do racismo e do patriarcado já presentes em nossa formação sócio-histórica.

Silva (2018) contribui com esse debate ao afirmar que a agenda ultraneoliberal de Temer foi perceptível logo nas primeiras medidas de seu governo, com a ausência da participação feminina na sua administração, além de decisões que atingiram a área de direitos humanos, a exemplo da Medida Provisória (MP) nº. 726, de 12 de maio de 2016, que extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Outra medida adotada no governo golpista foi a promulgação, em 15 de dezembro de 2016, da Emenda Constitucional (EC) nº. 95, a qual instituiu um novo Regime Fiscal, congelando as despesas do governo por um período de 20 (vinte) anos, comprometendo, assim, a execução de diversas políticas públicas. Destaca-se, ainda, a aprovação da Lei

⁴ Profundas restrições no acesso a determinado direito social por parte da população ou a extinção desse direito.

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nº. 13.467/2017 que dispõe sobre a Reforma Trabalhista. Segundo Silva (2018, p. 507), essa Lei:

Atingiu diretamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao alterar mais de 100 artigos. Representa um retrocesso de cerca de 74 anos e, guardadas as devidas proporções, um retorno ao período anterior a Era Vargas em que o trabalhador estava completamente desprotegido dos riscos da exploração do capital. Cria um ambiente institucional que libera o capital de qualquer barreira para a exploração desumana do trabalhador ao legalizar jornadas de 12 horas de trabalho e jornadas intermitentes, o parcelamento das férias e ao permitir que mulheres grávidas trabalhem em ambientes insalubres, dentre outras atrocidades

Faz-se importante ressaltar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 (Reforma da Previdência), aprovada no ano de 2019, no governo de Jair Bolsonaro, por meio da Emenda Constitucional nº. 103, que estabelece mudanças no regime previdenciário como: aumento da idade mínima para aposentadoria das mulheres que acessarem o mercado de trabalho, após a promulgação da referida reforma, passando de 60 (sessenta) para 62 (sessenta e dois) anos, que tenham no mínimo 15 (quinze) anos de contribuição.

No caso dos homens, a idade mínima para aposentadoria permanece de 65 (sessenta e cinco) anos, contudo, aumentou o tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) para 20 (vinte) anos. Além disso, a reforma alterou a regra para aposentadoria de professores/as, trabalhadores/as rurais e pessoas com deficiência, dificultando ainda mais o acesso a esse direito.

Constata-se, então, uma explícita expropriação de direitos da classe trabalhadora brasileira, por via da redução de financiamentos em diversas políticas sociais - educação, assistência social, saúde - além da adoção de maiores critérios de acesso a determinadas políticas, a exemplo, a previdência social. Nesse cenário, os indivíduos que dispõem de recursos financeiros acessam alguns direitos sociais (transformados em mercadorias), por meio do mercado. No entanto, a maioria da classe trabalhadora precisa recorrer às políticas sociais públicas, cada vez mais focalizadas e fragmentadas em seu acesso.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em 2020, com a emergência da pandemia de Covid-19⁵, a expropriação de direitos da classe trabalhadora foi intensificada em decorrência da crise sanitária, econômica e social, o que gerou uma ampliação da demanda para acesso às políticas sociais, como saúde, assistência social e previdência, em um cenário já marcado por poucos recursos destinados a essas políticas.

Os/as assistentes sociais, na condição de trabalhadores/as inseridos na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2020), deparam-se em seu cotidiano profissional, com essas demandas, as quais abrangem diversas violações e negações de direitos, decorrente desse sistema econômico excludente e desigual. Nesse âmbito, o trabalho profissional é permeado por limites, desafios e contradições, aspectos que serão abordados no tópico a seguir.

3 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO/DA ASSISTENTE SOCIAL: PARTICULARIDADES DO ESTADO DO PARÁ

Contemporaneamente, acirram-se ainda mais as contradições em busca de uma sobrevivência para o capital, pois o desemprego estrutural, novas formas de exploração e intensificação do trabalho, a escassez, a fome, aumento da violência, a crise ambiental e migratória são expressões de uma questão social que se radicaliza, conforme aponta Iamamoto (2010).

No que concerne especificamente à realidade Amazônica, região bastante afetada por décadas de negação e violação de direitos das populações que aqui vivem, observa-se particularidades na forma de ser das expressões sociais que são resultados dos interesses econômicos e geopolíticos sobre as reservas disponíveis.

Segundo Loureiro (2002, p. 107), a região amazônica tem-se convertido “num espaço onde se registram o conflito no campo, a miséria urbana e o desperdício de recursos naturais”. O Estado incentiva a exploração do trabalho e dos recursos, com incentivos fiscais, favorecendo condições para a instalação de empreendimentos

⁵ É uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2. Os primeiros casos da doença foram identificados em dezembro de 2019 na Cidade de Wuhan, na China, espalhando-se, posteriormente, para diferentes países do mundo (BRASIL, 2020).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

econômicos, com pouco retorno de benefícios a esse território e sem preocupação com os impactos, perdas e destruição dos biomas naturais, ao patrimônio cultural, imaterial, cenário que aumenta a tensão e violência que recai sobre movimentos sociais locais e ativistas que lutam pelos direitos dos povos da Amazônia (LOUREIRO, 2002).

Esse cenário soma-se ao sucateamento das políticas públicas pouco estruturadas e/ou quase inexistentes na região, o que aumenta e complexifica as demandas do trabalho do/a assistente social.

Segundo Gomes, Nascimento e Castilho (2021), o/a profissional de Serviço Social encontra-se em situação de desamparo na Amazônia, uma vez que tem de lidar com políticas sociais sendo privatizadas. Além disso, esses/as profissionais se deparam com a focalização das políticas públicas e fragmentação das relações de trabalho, o que gera uma grande dificuldade em estabelecer, como também colocar em prática, diretrizes basilares que guiam, educam e orientam o/a assistente social em um contexto tão complexo (GOMES, NASCIMENTO, CASTILHO, 2021).

No Estado do Pará, destaca-se a presença de representantes da elite empresarial no comando político das cidades, com domínio da máquina pública administrativa em favorecimento de interesses particulares, onde empregos e funções dos/as trabalhadores/as públicos/as são transformados em cabos eleitorais permanentes, com estabelecimento de relações de subordinação e vigilância.

Essa configuração de poder que busca atender de forma indiscriminada os interesses do grande capital em detrimento de condições essenciais para a vida dos habitantes não propicia espaço adequado para que o/a profissional de Serviço Social possa exercer suas atividades. Nesse âmbito, Mito e Nogueira (2013, p.65) pontuam que os/as profissionais se movimentam:

[...] em um campo extremamente tensionado por projetos profissionais e societários em disputa, em uma dinâmica que expressa as contradições e os interesses sociais públicos e privados no contexto de processos coletivos do trabalho.

A pandemia de COVID-19, somada às políticas neoliberais dos governos Temer e Bolsonaro, acentuaram a já drástica crise social brasileira, reveladora das desiguais condições de vida da população. Poucos tiveram condições de permanecer em casa em

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalho “protegido”, enquanto muitos arriscaram a vida para poder garantir ganhos para sua manutenção e de sua família.

Dentre os que não tiveram a possibilidade de trabalho “protegido” estão muitos/as assistentes sociais, principalmente, os/as da área da saúde e da assistência social, os/as quais além de enfrentarem as demandas e desafios já rotineiros - falta de recursos, autonomia, limitações profissionais, excesso de funções - passaram a ter que lidar com responsabilidades e imposições funcionais que extrapolaram de forma exagerada sua competência profissional.

Outro fator de grande impacto nas condições de trabalho foi a necessidade abrupta do/da profissional de adentrar no âmbito tecnológico, tendo que se reinventar, capacitar e procurar novos mecanismos para evitar o distanciamento de sua relação com os trabalhadores/as atendidos/as, os/as quais, em sua maioria, não têm acesso a internet ou não possuem habilidade para utilizá-la, o que sinaliza um aspecto de exclusão digital.

No que concerne às condições de trabalho dos/das assistentes no estado do Pará, os dados da pesquisa “A realidade dos (as) assistentes sociais no estado do Pará: estudo da formação e atuação profissional no contexto de avanço neoliberal e desmonte das políticas sociais pós-golpe institucional de 2016” possibilitam a reflexão dessa realidade. Os achados da pesquisa foram organizados em sete eixos principais, sendo eles: (1) Desfinanciamento das políticas públicas; (2) Demandas de trabalho; (3) Formas de contratação; (4) Cobrança de gestores; (5) Informatização do trabalho; (6) Intensificação do trabalho; e (7) Saúde do trabalhador. Dimensões que estão organicamente vinculadas às mudanças do mundo do trabalho, à gestão neoliberal do Estado e das políticas públicas e às particularidades do território paraense e suas diferentes regiões.

Sobre o eixo desfinanciamento das políticas públicas, citado por 31% dos/as profissionais, evidencia-se um cotidiano profissional marcado por constante redução ou corte de recursos aos municípios pela administração pública, valores fundamentais de composição de fundos de manutenção e/ou ampliação de políticas setoriais nos municípios.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Esse desfinanciamento gera consequências como: a redução de equipe de trabalho; a falta de concursos públicos, com contínuos processos seletivos e alta rotatividades de profissionais; baixa remuneração; ausência de recursos materiais e suprimentos necessários às atividades; constituição e/ou redução de benefícios ofertados à população usuária, dentre outros.

A rede de serviços socioassistenciais de saúde e da previdência social presente nos municípios paraenses, quando existem, são em pequena quantidade, já que a maioria dos municípios são de gestão básica, geralmente, com poucos equipamentos públicos e equipes mínimas de trabalhadores/as.

A precarização é a face visível do cotidiano de trabalho; os/as poucos/as trabalhadores/as disponíveis e a escassez de recursos são uma realidade constante. O processo de desfinanciamento também implica na incompletude da estruturação da rede de serviços e de constituição de retaguardas intersetoriais para atendimento às necessidades das populações.

A ausência dessa rede sobrecarrega os serviços existentes. Desse modo, os/as trabalhadores/as têm o adensamento do fluxo de demandas, pois em algumas situações, os/as assistentes sociais não dispõem de formação específica e nem existem serviços especiais para contrarreferência, principalmente, de saúde mental e para grupos como: migrantes, indígenas e outros que carecem de serviços especializados.

O aumento de demandas de trabalho, eixo abordado por 21% dos/as profissionais, se materializa pelo agravamento da questão social na cena contemporânea, como visto anteriormente, o que repercute no desemprego estrutural, no desassalariamento, na captura dos fundos públicos, no desmonte das políticas públicas, na financeirização do acesso a determinadas políticas sociais, dentre outros processos, que no período pandêmico, agravou-se, com ressurgimento da fome endêmica, da miséria, do adoecimento mental e outras expressões da desigualdade socialmente produzida.

O adensamento do fluxo de atendimento para os serviços, principalmente da política de assistência social, não dizem respeito apenas ao aspecto quantitativo de aumento de sua procura, mas, especialmente, a novas configurações e complexidades das expressões da questão social, as quais se estendem territorialmente, tanto na área

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



urbana como rural, onde a atenção dada de maneira focalizada e fragmentária contribui para o estabelecimento de ciclos sistemáticos de idas e vindas dos sujeitos aos serviços, sem melhoria, com agravamento contínuo das situações.

Sobre as formas de contratação, evidenciada por 21% dos/as profissionais, observa-se o predomínio da vinculação de trabalho por meio de contratos temporários e precarizados, com perdas de direitos trabalhistas e previdenciários, sem respeito à Lei do trabalho de 30 horas dos/das assistentes sociais, com baixa remuneração, por vezes subcontratados/as por empresas terceirizadas, com alta rotatividade, a exemplo, os hospitais públicos presentes na região metropolitana de Belém, gerenciados por organizações sociais, as quais terceirizam a contratação de profissionais de Serviço Social na forma de microempreendedor individual.

Particularmente, a região paraense vem experimentando nos municípios a contratação de assistentes sociais que acompanha o tempo de mandato político do/da gestor(a) público/a, colocando-os/as, por vezes, na condição de cabos eleitorais, com sérias implicações para a profissão e para o exercício profissional, assim como, associando-os às disputas de poder e instrumento de cooptação política no âmbito dos serviços, o que fere gravemente a autonomia e imagem profissional em suas dimensões ética e política.

Intimamente ligadas a essa situação dos contratos por gestão política, foram apontadas por 7,5% dos/as assistentes sociais pesquisados/as, as cobranças e pressões dos gestores para que os/as profissionais deem respostas às situações, mesmo não dispondo das condições necessárias e nem de equipamentos e recursos apropriados. Desse modo, na perspectiva do ganho político e para evitar cobranças dos órgãos de fiscalização, como do Ministério Público, esses gestores pressionam os/as trabalhadores/as, principalmente da assistência social, a dar respostas às situações que obtiveram a visibilidade pública de órgãos e atores da rede de proteção.

Ainda sobre as pressões enfrentadas pelos/as trabalhadores/as, foram mencionadas as realizadas pelos/as usuários/as dos serviços ante a precariedade e limites existentes em favorecer acessos a programas, benefícios e outros recursos que necessitam. Esse conjunto de tensionamentos tem rebatimentos diretos na saúde

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



desses/as profissionais, os quais são acometidos por um desgaste físico e mental, diante das dificuldades, frustrações e cobranças impostas, além do sofrimento emocional com situações atendidas.

“(…) dá vontade de desistir, eu até falei assim, que dá vontade, porque parece um peso que puxa a gente pra baixo, a gente já não sabe de onde tirar forças”.
(P5AA)

No que diz respeito à informatização e a intensificação do trabalho, organicamente vinculados (cada eixo foi citado por 6% dos/as profissionais pesquisados), nesse contexto de incremento tecnológico, que se intensificou no período da pandemia, com obrigatoriedade, para alguns/as trabalhadores/as, do trabalho remoto, mesmo sem contar com a estrutura para realizar tal modalidade, verifica-se que essa dimensão também se agrava, com a implementação de plataformas digitais, principalmente do Instituto de Previdência Social (INSS) para o agendamento de perícias, provas de vida, recursos de decisões, dentre outros serviços, assim como, o cadastramento para o auxílio emergencial e auxílio Brasil, para uma população altamente empobrecida e sem condições de acesso digital.

A incorporação dos meios digitais para tentativa de obtenção de serviços e benefícios aos usuários impacta, sobremaneira, no trabalho dos/as assistentes sociais. Primeiro, porque os Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, no contexto de precarização que se encontram, não dispõem de equipamentos como celular e computadores com acesso à internet de qualidade para operacionalizar as plataformas.

Além disso, há o perfil de exclusão social e digital da população usuária, que não dispõe de meios de acesso e não possui domínio da linguagem digital. Assim, fica dependente dos serviços socioassistenciais e/ou a mercê de serviços particulares, que em certos casos se apropriam de seus dados pessoais e recursos financeiros, durante a “prestação” de serviços que poderiam ser realizados nos espaços públicos.

Essa situação cria uma nova forma de burocracia digital, com exigência de comprovantes e documentos nem sempre disponíveis, que impede ainda mais o acesso dos/as usuários/as aos benefícios, aumentando a sua exclusão e impondo mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dificuldades aos/às profissionais para os orientar e apoiar. Na maior parte das vezes, os/as assistentes sociais usam seus próprios recursos (telefones celulares e dados móveis de internet) para auxiliar os/as usuários/as.

Esse processo também repercute na intensificação do trabalho dos/das profissionais que são acionados/as em horários fora do expediente e que enfrentam, cotidianamente, a polivalência de tarefas. Alguns já possuem extensão de carga horária para garantir o funcionamento dos serviços, pela ausência de profissionais e acúmulo de outros vínculos de trabalho, como forma de aumentar a renda familiar ante os baixos salários recebidos.

Por último, o aspecto da saúde do/da trabalhador/a, citado por 7,5% dos/as profissionais, nesse contexto, configura-se como expressão de um sofrimento proveniente das condições precarizadas e inseguras de trabalho, da complexidade das demandas atendidas, das pressões por produtividade e de resolução das situações a que estão submetidos, dentre outros aspectos, que influenciam na saúde física, emocional e laboral desses/as profissionais.

Assim como outros tantos trabalhadores/as, os/as assistentes sociais são afetados/as pelo desgaste e sofrimento decorrentes das condições de trabalho, da ausência de políticas de prevenção e tratamento dirigido para esses/as profissionais, que, cotidianamente, lidam com as mazelas e dores da população que acessa os serviços e sofre com a impotência de dar respostas necessárias e urgentes, vivendo a fadiga da compaixão, considerada um estresse traumático, que, aos poucos, diminui a capacidade de sentir a dor do outro, tornando-se apático ao sofrimento, quando não adocece, pela Síndrome de *Burnout*, frente ao cansaço e as péssimas condições de trabalho e renda.

Tal situação se configura como uma dimensão do que se concebe como superexploração, entendida como “um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador” (LUCE, 2013, p. 149).

Com o capital se apropriando cada vez mais do fundo de vida do/a trabalhador/a (OSÓRIO, 1975, p. 2009 apud LUCE, 2013, p. 156), os/as trabalhadores/as têm menos

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



tempo para repouso e recuperação de sua força vital – seja reduzindo o horário de almoço, descanso semanal ou férias. Desse modo, há um desgaste de sua corporeidade físico-psíquica, o que tende a piorar suas condições de vida, levando ao adoecimento e esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil, com exaustão e morte.

4 CONCLUSÃO

As transformações societárias em curso, decorrentes das mudanças no processo de produção e reprodução do capital, provocam alterações na organização e relações de trabalho. A esfera produtiva tem cada vez mais o implemento de tecnologia que substituiu força de trabalho viva por processos automatizados, bem como, formas de trabalho aceleradas e flexíveis, com relações entre os/as trabalhadores/as mais distanciadas e competitivas, num contexto de desindustrialização e financeirização crescente do capital.

Essas modificações são acompanhadas de uma racionalidade imperiosa de busca de lucros excessivos, com a adoção de uma gestão do trabalho que visa maior produtividade, eficiência e diminuição de recursos, tanto materiais como humanos, com consequências na política de remuneração, condições de trabalho e saúde do/a trabalhador/a.

Esses condicionamentos extrapolam o setor produtivo e estão cada vez mais presentes em organizações e instituições sociais no campo das políticas sociais e públicas, onde se inserem os/as profissionais de serviço social, que têm seu exercício profissional extremamente impactado por esses processos e pelos constantes cortes no financiamento das políticas públicas, a privatização, terceirização e formas de contratos de trabalho desprotegidos e intermitentes.

No aspecto das condições de trabalho dos/das assistentes sociais, de acordo com os dados da pesquisa, pode-se identificar que também são rebatidos/as por esse contexto geral, com um crescente processo de precarização das relações de trabalho, que não somente inviabiliza o acesso a direitos dos/as usuários/as, mas também, reduzem a capacidade de respostas profissionais às demandas postas para intervenção, assim como, a efetividade da proteção social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 11ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BOCKORNI, B. R. S.; GOMES, A. F. **A amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração**. Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Recomendações de proteção aos trabalhadores dos serviços de saúde no atendimento da COVID-19 e outras síndromes gripais**. Abril, 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº. **13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº. 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, DF, 2017.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. O ultraneoliberalismo e a política dos ressentidos. **Esquerdaonline**, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/?doing_wp_cron=1677161397.8362929821014404296875>. Acesso: 22 jan 2023.

FORRESTER, Viviane. **Horror Econômico**. Lisboa. Terramar, 1997.

GOMES, V. L. B.; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso; CASTILHO, D. R. **Precarização do Trabalho Profissional da/o Assistente Social na Amazônia Brasileira: Particularidades do estado do Pará**. O SOCIAL EM QUESTÃO (ONLINE), v. 01, p. 331-354-354, 2021.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 27ª Ed. São Paulo: Cortez, 2020.

KELLER, Suellen Alves. **A Ofensiva do Conservadorismo**: Serviço Social em Tempos de Crise. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

LAVAL, C; DARDOT, P; SAUVÊTRE, P; GUÉGUEN, H. **A escolha da Guerra Civil**: uma outra historia do neoliberalismo, tradução de Marcia Pereira Cunha- São Paulo: Elefante, 2021.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia**: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. In: Estudos Avançados. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002, p.107-121. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>, acesso em: 14 dez. 2022.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Política social e Serviço Social**: os desafios da intervenção profissional. R. Katál., Florianópolis, v. 16. n. esp., p. 61-71, 2013.

SALLUM JR., Brasília. **O Brasil sob Cardoso**: neoliberalismo e desenvolvimentismo. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, n. 11, p. 23-47, 1999.

SILVA, Ilse Gomes. **Estado e Lutas Sociais no Brasil no Golpe de 2016**: o Estado de Exceção avança. Revista de Políticas Públicas, 2018. P. 503-518.

PROMOÇÃO



APOIO

